

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
CIÊNCIAS SOCIAIS E LETRAS
LETRAS- PORTUGUÊS/INGLÊS

JÉSSICA SBRUZZI NOGUEIRA

GÊNERO E ESCOLA: precisa ser um tabu?

Taubaté

2020

JÉSSICA SBRUZZI NOGUEIRA

GÊNERO E ESCOLA: precisa ser um tabu?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Letras, da Universidade de Taubaté, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Letras.

Taubaté

2020

JÉSSICA SBRUZZI NOGUEIRA

GÊNERO E ESCOLA: precisa ser um tabu?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Letras, da Universidade de Taubaté, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Letras.

Taubaté, 05 de junho de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Carlos Eduardo R. Rezende

Universidade de Taubaté

Prof.^a Dra. Vera Lúcia Batalha de Siqueira Renda

Universidade de Taubaté

Prof.^a Ma. Deise Nancy de Moraes

Universidade de Taubaté

Dedico este trabalho a minha mãe, aos meus amigos e ao meu orientador, que sempre me incentivaram e não me deixaram desistir, mesmo com todos os problemas que tive durante esse período.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me dado forças para continuar e superar as dificuldades. À minha mãe, que sempre me apoiou e ajudou no que estava a seu alcance, incentivando-me nas horas difíceis de desânimo e cansaço. À minha melhor amiga Laryssa, que sempre esteve ao meu lado, ouvindo-me e torcendo por mim. À minha psicóloga que me ajudou a continuar, mesmo com toda dificuldade que passei.

À Instituição, pelo ambiente criativo e amigável que me proporcionou durante esses anos de profundo aprendizado. Agradeço aos meus professores e colegas, principalmente à Larissa, por me ajudarem a desenvolver este trabalho, ao meu orientador, Carlos Eduardo, pelo apoio, orientação e confiança. A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, meu muito obrigada.

"Querer ser livre é também querer livres os outros."
Simone de Beauvoir

RESUMO

Com o objetivo de refletir sobre a identidade da pessoa transgênero na sociedade e na escola, o presente trabalho faz um apanhado de artigos e pesquisas científicas, para oferecer um suporte epistemológico para a discussão sobre o papel de gênero, e como isso afeta a escola, abrindo, também, uma breve discussão sobre escolas mais inclusivas e qual é seu papel na sociedade. A pessoa trans, apresenta uma certa desarmonia entre seu sexo biológico pelo qual se reconhece psicossocialmente, sentindo um conflito interno, tendo uma disforia de gênero. A compreensão do fenômeno estudado exige uma breve explicação sobre as terminologias usadas no âmbito social, sendo algumas com conotações preconceituosas. A presente pesquisa traz a relevância da temática do nome social e do sexo nos registros públicos, para, assim, evitar situações vexatórias e discrepantes entre nome e imagem, para que cada sujeito possa viver em sociedade com dignidade. Neste contexto, na escola, como local de acolhimento e inclusão, faz-se necessária a implementação de políticas públicas para evitar a evasão escolar por parte da pessoa trans e, ao mesmo tempo, uma proposta contínua de formação docente para trabalhar com essa realidade.

Palavras-chave: Transgênero, Escolas, Gênero, Sexo biológico, Nome social.

ABSTRACT

In order to reflect on the identity of the transgender person in society and at school, the present work is a collection of articles and scientific research, to offer an epistemological support on the discussion of the gender role and how it affects the school, opening also a brief discussion of more inclusive schools and their role in society. The trans person, for presenting a certain disharmony between their biological sex and which recognizes psychosocially, feeling with an internal conflict, having a gender dysphoria. The understanding of the phenomenon studied requires a brief explanation of the terminologies used in the social sphere, some of them with biased connotations. The present research brings the relevance of the theme of the social name and sex in the Public Registers, in order to avoid vexatious and dissimilar situations of name and image, so that it can live in society with dignity. In this context, the school as a place of reception and inclusion makes it necessary to implement public policies to avoid school drop-out by the trans person and at the same time a continuous proposal of teacher training to work with this reality.

Keywords: Transgender, Schools, Gender, Biological Sex, Social Name.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Brinquedos para meninos ou meninas?..... | 16 |
| Figura 2 - Identidade de gênero..... | 18 |
| Figura 3 - Bandeira Transgênero..... | 21 |
| Figura 4 - Símbolo para a Igualdade de Gênero..... | 22 |
| Figura 5 - Símbolo Representa a Igualdade entre as Identidades de Gênero..... | 22 |
| Figura 6 - Símbulo usado pelo Movimento Transgênero..... | 23 |
| Figura 7 - O país que mais mata..... | 28 |
| Figura 8 - Capa Nova Escola, N° 279..... | 34 |
| Figura 9 - Mapa da Intolerância..... | 35 |

SUMÁRIO

| | | |
|-----|---|----|
| 1. | INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 2. | O PAPEL DO GÊNERO..... | 13 |
| 2.1 | TRANSGÊNEROS..... | 20 |
| 2.2 | O NOME SOCIAL PARA OS TRANSGÊNEROS..... | 29 |
| 3 | GÊNERO NAS ESCOLAS..... | 32 |
| 4 | TRANSFOBIA NA ESCOLA..... | 34 |
| 5 | O PAPEL DA ESCOLA NA SOCIEDADE..... | 38 |
| 6 | CONCLUSÃO..... | 45 |
| | REFERÊNCIAS..... | 48 |
| | Glossário..... | 54 |

1. INTRODUÇÃO

Visto como esse assunto ainda é um tabu, até mesmo no meio acadêmico e pedagógico, deu-se o interesse por escrever sobre esse tema. Porém, com isso também houve a dificuldade em conseguir material adequado, principalmente com uma linguagem que não fosse preconceituosa ou ultrapassada. Contudo alguns desses estudos foram utilizados devido a sua importância, mas houve uma preocupação em realizar um glossário explicando alguns termos usados neste trabalho, também como outros termos muito utilizados no meio LGBTQ+ ou em discussões sobre a pauta.

Com isso, esse trabalho tenta trazer uma reflexão sobre como é a vida acadêmica de uma pessoa trans, trazendo alguns relatos de pessoas trans em diferentes meios, desde professores até alunos. Trazendo também uma explicação sobre a discussão de gênero, o feminismo e indo para o que a ciência considera ser uma pessoa transgênero.

As primeiras discussões sobre os estudos de gêneros obtiveram resultados por volta da década de 60, com o início do movimento feminista. As mulheres que participavam desse movimento compreenderam que, ainda que fossem militantes lutando pela igualdade em relação aos homens, ainda eram consideradas coadjuvantes. Entretanto, antes disso, muitas mulheres se destacaram pelo intelecto, como Christine de Pizan (1364-1430), sendo uma poeta e filósofa, que criticou a misoginia existente nos meios literários, escrevendo textos considerados como umas das primeiras obras feministas, com que retrata o papel da mulher e a igualdade de gênero dentro da sociedade medieval. *La cité des dames* (1405), é considerado um dos primeiros textos feministas, traçando as mais importantes personalidades femininas da história e desenvolvendo a ideia da igualdade de gênero.

Recentemente, começou a se falar sobre o papel de gênero e como isso é uma construção social, sobre o que é considerado coisa de menino e coisa de menina. Menino veste azul e menina veste rosa. Os limites do sexo biológico não são limites da construção das identidades, já que essas são experiências plurais, em que o feminino ou o masculino são vivenciados pelas pessoas conforme suas trajetórias, escolhas e vivências. Por exemplo para Scott (1988), a desigualdade não estaria nas diferenças biológicas, mas sim na construção cultural, contendo uma predefinição do que foi imaginado simbolicamente para suprir as expectativas de cada

gênero. Se um bebê nasce do sexo feminino, espera-se que ela goste de rosa, seja fofa, brinque de boneca, que siga uma lista de regras que classifica o que é correto uma garota fazer. Não há nada físico ou biológico que defina que uma mulher não pode jogar futebol, mas espera-se que ela não o faça.

A construção do indivíduo na sociedade se dá por meio das características fundamentais da vivência com o outro, e o gênero tem um papel fundamental, já que é como a pessoa se identifica ou se autodetermina, isso independentemente do sexo, estando mais ligado ao o que está relacionado ao seu papel na sociedade. Com isso, entra-se na discussão dos que não se “enquadram” nos ditos masculino e feminino, ou não se identificam com a categoria em que o colocaram. Uma pessoa transgênero, ou seja, aquela que se identifica com o gênero diferente do que foi registrado em seu nascimento, pode decidir ser tratada no masculino ou no feminino, ou até mesmo não se enquadrar em nenhuma dessas definições, ou seja, um trans não binário. Uma pessoa cisgênero é aquela que se identifica com o gênero que nasceu.

O presente trabalho tem como objetivo debater sobre a construção conceitual e de identidade da pessoa transgênero na sociedade, pontuando as questões referentes ao seu ensino, muitas vezes abandonadas, por causa do sistema e do preconceito vivido dentro das instituições, propondo uma discussão de como a escola pode afetar e ajudar na sociedade e na inclusão dos que são marginalizados, tratando sobre os Estudos de Gênero. O trabalho, de uma maneira geral, procura debater como a sociedade se relaciona com pessoas transsexuais, tentando, com isso propor uma discussão no meio da educação, apresentando as dificuldades desses sujeitos em continuar estudando e vivendo sua vida acadêmica da mesma maneira que os outros alunos cisgêneros as vivem.

O método de pesquisa utilizado na realização deste trabalho foi o de pesquisa bibliográfica e o de levantamento de casos em revistas e jornais on-line, já que por se tratar de um tema atual, ainda há poucas publicações, principalmente na área da educação, já que foi encontrado poucas publicações acadêmicas adequadas sobre o tema.

O trabalho, logo no primeiro capítulo, traz uma explicação sobre o papel de gênero, a diferença de gênero e sexo, e a construção do papel de cada gênero, para que possa ter uma explicação sobre o que é ser uma pessoa transgênero e a importância do nome social para eles.

No segundo capítulo, ocorre o destaque para o papel de gênero nas escolas e para a quebra de tabu dentro dessa discussão, já que não se trata de ensinar que não existe homem ou mulher, ou o alterar das suas sexualidades, e, sim, mostrar que todos podem ser e fazer o que quiserem independentemente de seu gênero.

No terceiro capítulo, tratamos da transfobia na escola, e o que a pessoa trans passa dentro da instituição, seja escola ou universidade, e como isso afeta o ensino de cada um, ocorrendo, até mesmo, o abandono do ensino.

Já no quarto capítulo, há um apanhado de notícias sobre transfobia sofrida nas escolas, tanto por alunos quanto por professores. O ambiente escolar nunca foi fácil, mas para quem é considerado diferente, é ainda pior, o que faz com que muitos acabem desistindo e abandonando as escolas.

E no quinto capítulo há o debate sobre o papel da escola na sociedade, para como este pode colaborar para a quebra de tantos preconceitos e, até mesmo, abrir um espaço para algumas dessas discussões.

2. O PAPEL DO GÊNERO

O movimento feminista está ligado com o surgimento da discussão sobre o gênero como conceito científico, pautando o papel e a condição da mulher na sociedade ocidental no século XIX. Quando se pensa em identidade, fica claro o quanto os modelos antigos não fazem sentido, como a própria questão de gênero, configurações familiares, maior liberdade de expressão, maior tolerância ao diferente. O feminismo está dividido em algumas fases, constando anos de trabalho de um movimento político que está ganhando ainda mais espaço. A primeira geração também ficou conhecida como a primeira onda do feminismo, que representa o aparecimento das discussões sobre o movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, educacionais e políticos, já que esses eram privilégios dos homens.

O objetivo do movimento feminista, nessa época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado. (NARVAZ E KOLLER, 2006, 649).

Já a segunda geração do movimento, só retorna de 1960 e 1970, principalmente nos Estados Unidos e na França, rompendo com os padrões tradicionais, com a liberação de pílulas anticoncepcional, entrada massiva no mercado de trabalho. As americanas destacavam como denúncia a opressão masculina e a busca por igualdade, as francesas falavam sobre valorizar as diferenças entre homens e mulheres, mas dando evidencia as particularidades femininas, que são normalmente esquecidas.

A discussão sobre o gênero começa na terceira geração do feminismo, que tem como projeto dedicar-se a analisar as diferenças, mudando o estude sobre as mulheres e sexo, para a relação do gênero, tentando pensar, a igualdade e a diferença na construção do feminino e masculino.

As diferentes propostas características de cada uma das fases do feminismo sempre coexistiram, e ainda coexistem, na contemporaneidade. A fase surgida mais recentemente, a terceira geração do feminismo, tem grande influência sobre os estudos de gênero contemporâneos (Louro, 1999). As questões introduzidas pela terceira geração do feminismo revisaram algumas categorias de análise que, apesar de instáveis, são consideradas fundamentais (Harding, 1993; Louro, 1995; Scott, 1986) para os estudos de gênero. Estas categorias estão articuladas entre si, e são: o conceito de gênero; a política identitária das

mulheres; o conceito de patriarcado e as formas da produção do conhecimento científico. (NARVAZ E KOLLER, 2006, 650).

A exaltação feminina acometeu diversas áreas do saber, tentando dar um seguimento à vivência em estudos sobre a mulher. A princípio, essa discussão era para as mulheres poderem votar, dando visibilidade a uma discussão que estava encaixada na história da classe trabalhadora. Só em 1960 as feministas passaram a produzir livros e artigos mais incisivos sobre a opressão vivida pela mulher. No final de 1980 o movimento feminista brasileiro começa a discutir sobre gênero, o que foi mais discutida pelas francesas e pelas norte-americanas. Com os acontecimentos de debates e elaborações teóricas, foi aumentando a conscientização sobre o transcorrer da relação de gênero e seus conceitos como a construção de papéis masculinos e femininos, percebendo que a identidade não é fixa, mas sim transformável, diversa e plural.

As feministas denunciam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada. Elas demonstraram, ainda, que o poder foi - e ainda é - predominantemente masculino, e seu objetivo original foi a dominação das mulheres, especialmente de seus corpos (BUTLER, 2003; MILLET, 1970; PATEMAN, 1993 apud NARVAZ E KOLLER, 2006, 648).

No Brasil, com a chegada dos militantes exilados pelo regime da ditadura, os debates sobre o feminismo são ainda mais enfatizados, sendo que em outros países a discussão já estava bem avançada, e por aqui ainda estava começando. Nessa época surge a primeira fase da afirmação do movimento feminista, com o encontro de latino-americanas, francesas, inglesas, entre outras, visibilizando o feminino enquanto elemento constitutivo da população e das instituições brasileiras.

O conceito de gênero, como probabilidade de “entender processos de construção/reconstrução das práticas das relações sociais, que homens e mulheres desenvolvem/vivenciam no social” (BANDEIRA E OLIVEIRA, 1990, 8, GUEDES, 1995), tem provocado algumas indagações que devem ser esclarecidas. Para Scott, o gênero de forma figurada tem "os termos gramaticais para evocar os traços de caráter ou os traços sexuais" (SCOTT, 1995, 72, GUEDES, 1995), isso é, usam o conceito de forma simbólica.

Os gêneros a princípio eram analisados entre o binarismo masculino e feminino, entre os dominantes e os dominados, o que enfoca e coloca no mesmo patamar o sexo e o gênero. O movimento feminista da terceira geração, questionou as suposições fixas ou estáveis sobre o

gênero presentes em gerações, que o gênero era considerado com base na categoria natural do binarismo, como se houvesse um acontecimento natural no masculino e feminino. “A expressão ‘totalizante’ foi usada para descrever a ideia até então vigente de que havia uma essência, uma única forma estável e homogênea de ser mulher ou de ser homem” (NARVAZ E KOLLER, 2006, 650).

Com a desconstrução da perspectiva do que é gênero, este passou a ser um movimento político, que ocorre em uma extensão histórica com ligação ao poder, não tendo como fundamento as diferenças biológicas ou “naturais”

Enquanto “sexo” descrevia os aspectos biológicos, “gênero” compreendia a construção cultural que ocorria sobre as diferenças entre homens e mulheres, com base nas diferenças biológicas. Esta concepção foi chamada “sistema sexo-gênero” (NARVAZ E KOLLER, 2006, p650).

A ideia de gênero e sexo como sinônimos é frequentemente usado, mas são coisas completamente opostas. O sexo está relacionado com a anatomia, com a biologia, que influencia a forma que a pessoa é tratada na sociedade. A característica de cada gênero está social e culturalmente ligada à percepção do masculino e do feminino. Desde o nascimento o menino e a menina são ensinados a agir de acordo com seu gênero biológico, assim agindo “adequadamente”, fazendo parecer algo natural e biológico, mas na verdade, boa parte disso é motivado pelo convívio social. A definição deste é complicada porque está envolvida em inúmeros significados, características estabelecidas tradicionalmente, além de que a sociedade ainda acredita que os órgãos genitais decidem se a pessoa é homem ou mulher. Só que a construção de gênero não é um fato biológico, e sim social. A construção do gênero começa até mesmo na preparação para a vinda do bebê, depois do nascimento até mesmo a forma de descrever o menino e a menina é diferente, as meninas são denominadas como “tranquilas”, “bonitas” já os meninos como “grandes”, “de feições marcantes”, como a autora Lins diz:

atitudes e comportamentos femininos e masculinos são ensinados às crianças desde muito cedo e, dessa forma, vão sendo assimilados a ponto de serem confundidos, mais tarde, como fazendo parte de suas naturezas. (LINS, 2011 apud SIQUEIRA E BERUTTI, 2016)

Para Paechter “se as crianças forem encorajadas a testarem todos os tipos de brinquedos e roupas, por exemplo, então assim, elas poderão encontrar as coisas que mais combinam com elas, enquanto seres humanos”. Cabe aos educadores e aos pais tirarem os filhos dessas caixas

pré-determinadas do gênero. “Se as crianças começarem a falar que só menina veste rosa, então um adulto deveria aparecer usando uma camiseta rosa e apontar isso para elas”. (PAECHTER, 2007, SIQUEIRA E BERUTTI, 2016).

Figura 1 - Brinquedos para meninos ou meninas?

COMO DESCOBRIR SE UM BRINQUEDO É PARA MENINAS OU MENINOS.



Fonte: Recuperado Na escola

O sexo é biológico e o gênero social. Gênero transcende o sexo. Não são as genitálias que definem e sim a autopercepção e a forma que a pessoa se expressa socialmente. Como o próprio dicionário Aurélio (2010) trata o conceito de gênero como o “Conjunto de propriedades atribuídas social e culturalmente em relação ao sexo dos indivíduos.” Já segundo o dicionário Houaiss (2009) gênero significa: “conjunto de espécies com a mesma origem ou mesmas particularidades”. Ou como trata o Dicionário contemporâneo da língua portuguesa (2011) é o “conceito classificatório que engloba todos os grupos com características básicas comuns em seus caracteres essenciais (espécies) nem universo ou classe de seres ou coisas.”

A linguagem do gênero está ligada à construção social que é esperada por um determinado grupo, sendo essa a representação de uma cultura dominante em cima do dominado, para Lane tal análise:

Nos permite apontar uma função da linguagem que é a mediação ideológica inerente nos significados das palavras, produzidas por uma classe dominante que detém o poder de pensar e 'conhecer' a realidade, explicando-a através de 'verdades' inquestionáveis e atribuindo valores absolutos ... (LANE 1984, p.34 apud GUEDES, 1995).

Sexo e sexualidade são antônimos e tratadas como sinônimos. Segundo o dicionário Aurélio (2010), sexualidade é “modo de ser próprio do que tem sexo” e sexo é a “diferença física ou conformação especial que distingue o macho da fêmea” e os “órgãos sexuais externos.” Já Houaiss (2009) no significado de sexo há um adendo à reprodução, dizendo que é uma qualidade que diferencia o macho da fêmea e com isso poderem se reproduzir, sexualidade é o “conjunto de aspectos externos ou internos, determinado pelo sexo do indivíduo.” Mas no dicionário do Bechara (2016) sexualidade é intitulada como “conjunto de características e comportamentos relacionados com o desejo sexual.”

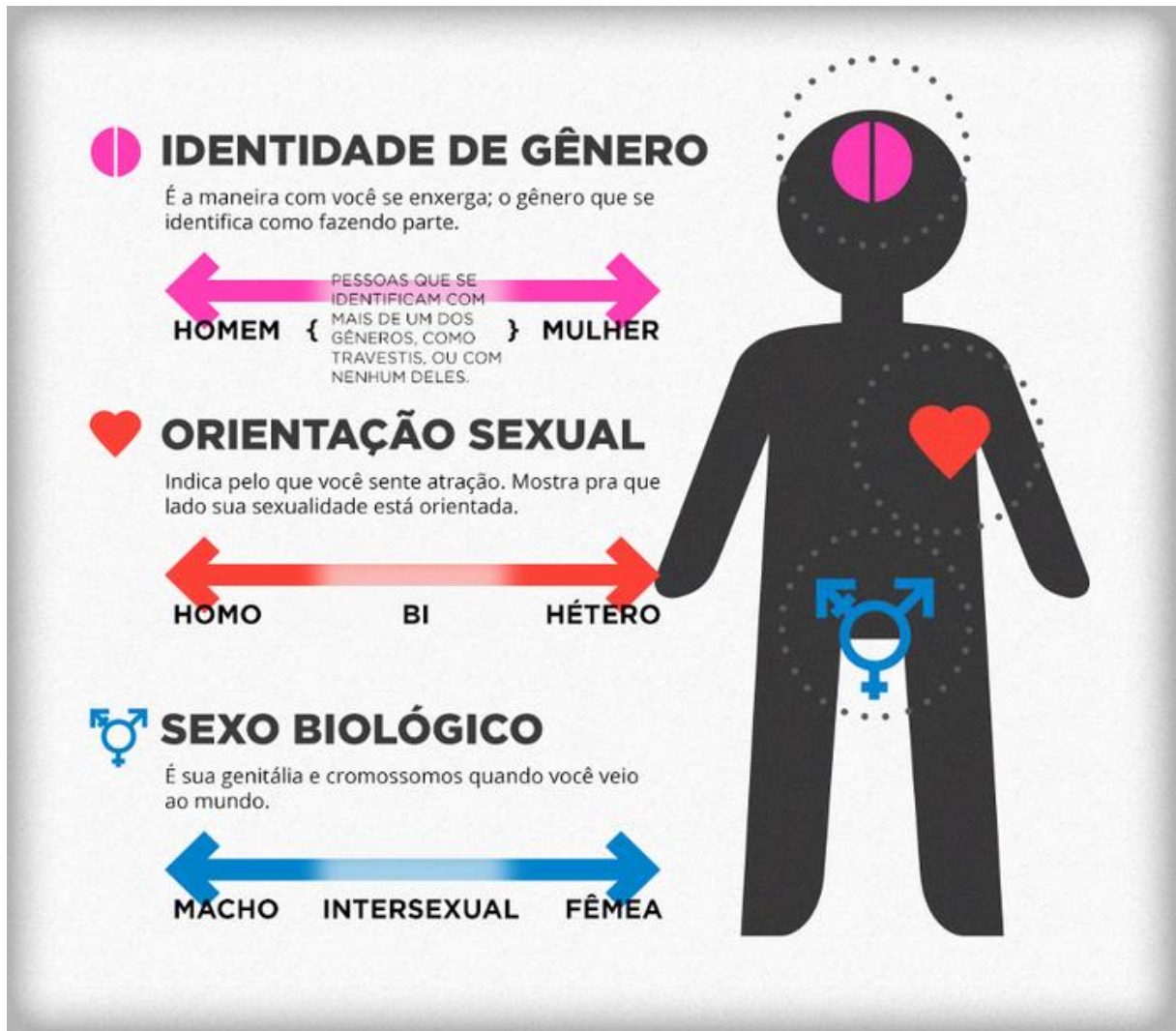
Butler afirma que:

O gênero pode também ser designado como o verdadeiro aparato de produção através do qual os sexos são estabelecidos. Assim, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; o gênero é também o significado discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou o ‘sexo natural’ é produzido e estabelecido como uma forma ‘pré-discursiva’ anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual a cultura age. (BUTLER, 1990, p. 7 apud TONELI, 2012).

Pensando na sexualidade como construção social e histórica, que estão ligados ao poder. Para Gayle Rubin:

O âmbito da sexualidade (...) tem sua própria política interna, iniquidades e modos de opressão. Como acontece com outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade humana, num espaço e num tempo determinados, são produtos da atividade humana. Elas são repletas de conflitos de interesse e manobra política, tanto de natureza proposital quanto circunstancial. Nesse sentido, sexo é sempre politizado. Há, porém, períodos históricos nos quais a sexualidade é mais contestada e abertamente politizada. Nesses períodos, o domínio da vida erótica é efetivamente renegociado. (RUBIN, 1998, p. 100 apud TONELI, 2012).

Figura 2 - Identidade de gênero



Fonte: Livraria Florence

Partindo do pressuposto que o conceito de gênero e o modo de agir, é atribuído a cada um e ensinado desde o nascimento, do qual são diferentes os ensinamentos entre os homens e mulheres, sendo esses criados socialmente e não biologicamente, tendo seus gostos, comportamentos, representações e costumes construídos e atribuídos para cada, ou seja, para as mulheres é atribuído o rosa, o frágil, já, para os homens usa-se o azul, o forte. Para Butler (1990) o gênero precisa ser assumido por cada indivíduo, sendo que é uma construção social e uma disputa de poder e não algo que acontece por escolha, a estrutura dos gêneros é classificatória e conta com a relação de poder. Lembrando que o sexo biológico é definido pela combinação dos cromossomos com a genitália, concluindo que se nasceu macho, fêmea ou intersexual.

Os intersexuais não há uma determinação do sexo biológico, ao se pensar no binarismo “macho” e “fêmea”, podendo revelar-se de formas diferentes, por meio das gônadas que apresentam características mediadoras entre os dois sexos, ou a genitália que não condiz com o tipo do cromossomo. Ou seja: uma pessoa pode nascer com uma genitália que demonstra estar entre o que é classificado como um pênis ou como uma vagina, ou uma pessoa que nasceu com um mosaico genético, no qual em parte das células há cromossomos XX e outra parte XY. Por não se encaixar com as definições de sexo masculino ou feminino, o intersexo não está sempre visível no nascimento.

Identidade de gênero é o gênero com que a pessoa se identifica, podendo ser ou não o que lhe foi imposto ao nascer. Percebe-se que ainda há uma falta de conhecimento sobre o assunto, sobre a diferença entre gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Butler (1990) observa que o gênero necessita ser adotado pela pessoa, só que isso não é uma escolha, é uma construção e de disputa de poder, já que há a hierarquia de gênero, envolvendo a complexidade humana, que deve fugir do binarismo “homem” e “mulher”, como a autora sugere. Existindo pessoas que possuem mais de um gênero, os transgêneros, as com gênero fluido, como as drag queens, abrem o aspecto para as novas formas de ser.

A expressão de gênero é a forma como a pessoa se apresenta na sociedade, com o comportamento e aparência, forma de se vestir, aspecto físico, atitudes e afins. Uma pessoa não binária expressa de forma que combina os traços físicos femininos ou masculinos, ou até mesmo uma aparência que não permanece em um único gênero, conhecido também antigamente por uma pessoa andrógina, sendo considerado hoje como intersexo.

Lembrando que a orientação sexual difere de todos os outros, mas infelizmente ainda é usado como sinônimo, não esquecendo que é orientação sexual e não opção sexual. Essa diz respeito à afeição que a pessoa tem, amorosa e sexual, sendo que uma pessoa transgênero pode ter qualquer orientação sexual, sendo ela homossexual, heterossexual, bissexual, entre outros. Se a pessoa tem atração por um gênero específico, sejam eles:

- Homossexuais: é quem tem interesse sexual e afetivo por pessoas do mesmo gênero. Ou seja: os gays que são homens que gostam de outros homens e as lésbicas que são mulheres que gostam de outras mulheres.

- Heterossexuais: é quem tem interesse afetivo e sexual por pessoas do gênero oposto.

- Bissexuais: é quem tem interesse afetivo e sexual por pessoas que estão no seguimento binário do gênero, ou seja, tanto homem quanto mulher.

- Assexuais: diz respeito a pessoas que não sentem atração sexual por nenhum dos gêneros. Sendo que este ainda é uma “sexualidade” em construção.

- Pansexuais: é quem tem interesse afetivo e sexual que não diz respeito ao gênero ou sexo, transitando seu interesse entre todos eles, ou seja, eles têm interesses por pessoas, indiferente do gênero.

2.1. TRANSGÊNEROS

Primeiro deve-se entender o significado da palavra Trans, no dicionário Aurélio (2010), é entendido como um “elemento que significa além de, para além de, em troca de, ao través, para trás, através.”. O significado de transgênero para o dicionário de Bechara (2016) é “pessoa cujo comportamento, expresso ou latente, diverge, no todo ou em parte, do padrão de conduta fixada e aceito pela sociedade para o gênero que lhe foi atribuído ao nascer.”.

Com isso transgênero é o termo “guarda-chuva” para nomear o grupo de pessoas que não se identificam com o gênero que lhe foi determinado ao nascimento, seja com comportamentos ou nos papéis esperados pelo gênero. Transgênero ou “trans”, sendo que o termo “transexual” é cada vez menos usado, por não se tratar da sexualidade da pessoa e sem de seu gênero, incluiu pessoas que passaram pela cirurgia ou não, assim como os que recebem um tratamento hormonal e os que não receberam nenhum tipo de tratamento.

O termo transexual segundo um dos verbetes do dicionário Aurélio (2010) é: “Que ou quem tem o sentimento de pertencer a um sexo com que não nasceu, cujas características físicas deseja possuir ou já possui através de meios médico-cirúrgicos.”. Para Bechara (2016) o termo refere-se “[...] à mudança de sexo; que ou quem tem ou assume caracteres do sexo oposto.”. Mas infelizmente no dicionário Houaiss (2009) é usado ainda o termo “transexualismo”: “que (m) manifesta o transexualismo. Que (m) recebeu tratamento médico e cirúrgico para adquirir as características físicas do sexo oposto.”.

Em resumo, é uma pessoa que nasceu com o sexo biológico feminino, mas se identifica e vive como um homem é um “homem transgênero”, ou um homem trans, do mesmo jeito que uma pessoa que nasceu com o sexo biológico masculino e se identifica como uma mulher, é uma “mulher transgênero” ou mulher trans. Segundo o site G1 uma pesquisa importante dos Estados Unidos, de 2011, aponta que “0,3% da população deste país se define como transgênero. Na Índia, é meio milhão, segundo o censo de 2014.” (G1, Globo, 2016).

Há também um termo “guarda-chuva” que engloba as pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, ou seja, cisgêneros. Ainda há os intersexuais, que são pessoas que não se encaixam no padrão social de feminino ou masculino, em relação ao biológico, as configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis excessivamente pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), existência de tecidos testiculares e de ovários.

A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas. O grupo composto por pessoas intersexuais tem-se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas “reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais. (JESUS, Gomes de, 2012)

Com isso conhecer a bandeira transgênero:

Figura 3 - Bandeira Transgênero



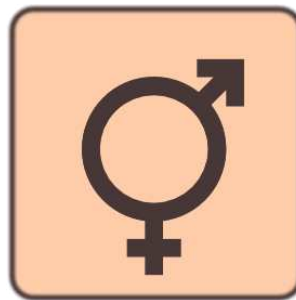
Fonte: Bandeira do Orgulho Transgênero, Jesus (2012)

A bandeira do orgulho transgênero foi realizada pela mulher trans Monica Helms, aparecendo pela primeira vez em 2000, nos Estados Unidos, na parada LGBT, em Phoenix. Representando a comunidade transgênero com elementos femininos na cor rosa, masculinos na cor azul e o neutro na cor branca. As listras representam todos os caminhos que levam ao mesmo lugar, representando a equivalência entre todas as identidades de gênero.

A criadora da bandeira, Mônica Helms, explica:

Azul para meninos, rosa para meninas, branco para quem está em transição e para quem não se sente pertencente a qualquer gênero. Simboliza que não importa a direção do seu vôo, ele sempre estará correto! (apud, GOMES DE JESUS, 2012)

Figura 4 - Símbolo para a Igualdade de Gênero



Fonte: Dumaresq (2013)

Começou com o símbolo para a igualdade de gênero sem acrescentar o terceiro gênero, assim surgindo o próximo símbolo transgênero.

Figura 5 - - Símbolo Representa a Igualdade entre as Identidades de Gênero



Fonte: O autor (2018)

O Escudo composto, da autora, Holly Boswell, representa os símbolos corresponde ao organismo masculino e feminino para representar travestis, transexuais e outras pessoas transgênero, e representa a igualdade entre as identidades de gênero.

Figura 6 - Símbulo usado pelo Movimento Transgênero



Fonte: Dumaresq (2013)

A borboleta é um símbolo usado pelo movimento transgênero, representa a busca pela harmonia entre corpo e a expressão de gênero. Ganhar as asas significa a conquista da expressão de gênero em seu corpo, ou seja, significa a metamorfose de uma “lagarta” para quem a pessoa realmente é. Assim como a borboleta, a pessoa passa por um processo de construção da identidade de gênero, para poder se afirmar, já que a maioria se sente aprisionado em um casulo e vai sofrendo modificações corporais, rompendo as limitações obrigadas pela natureza, pela sociedade e pelos argumentos científicos, com o objetivo de ganhar as asas e expor finalmente sua identidade de gênero.

Na década de 1940, Harry Benjamin foi o primeiro médico que consta na literatura que pesquisou sobre a transexualidade em seu livro “O fenômeno transexual” (1966), mesmo ainda não tendo um termo específico para este. Ele defendia que a cirurgia de transgenitalização era a única opção terapêutica plausível. A transexualidade ainda é considerada pela maioria dos profissionais de saúde como uma psicopatologia indicativa à identidade de gênero. Benjamin proporcionou uma base de diagnóstico com alguns parâmetros que definiam se as pessoas que chegavam pedindo pela cirurgia se enquadravam no que era dito por ele “o verdadeiro transexual”.

O termo transexual teve início em um artigo “Psychopathia Transexualis” do sexólogo David Cauldwell, em 1949, que descrevia pessoas cujo sexo atribuído no nascimento era diferente de sua identidade de gênero, que ele nomeava de “sexo psicológico”, neste mesmo artigo fez menção a uma mulher que queria fazer a “transmutação” para homem. Ainda citando

Benjamin, autor, diz que o “sexo” é mesclado de vários sexos: “o genético, o gonádico, o fenotípico, o psicológico e o jurídico, entendendo que o sexo cromossomático (genético) seria o responsável pela determinação do sexo e do gênero” (ÀVILA e GROSSI, 2012).

O transexual se sente uma mulher (...) e se sente atraído por outros homens. Isso faz dele um homossexual se seu sexo for diagnosticado de acordo com seu corpo. No entanto, ele se autodiagnostica segundo seu sexo psicológico feminino. Ele sente atração por um homem como heterossexual, ou seja, normal (BENJAMIN, 2001, 30, apud ÀVILA e GROSSI, 2012)

Ainda não existe uma causa provada para a transexualidade, mas algumas pesquisas mostram que pode acontecer nas primeiras etapas da gestação, sendo que os hormônios sexuais não fazem o mesmo efeito de integração do cérebro no feto. Com isso, as crianças nascem com um sexo neurológico e uma identidade de gênero contestando ao que indicam os genes e os genitais. Essas crianças são educadas de acordo ao gênero contrário ao sexo neurológico, sendo que isso lhe causa uma profunda Disforia de Gênero e angústia mental à medida que vão crescendo.

A genitália se desenvolve para um lado e o cérebro para o outro. Isso vai se dar por influência de alguns hormônios e algumas substâncias que podem estar circulando pela placenta e pelo cordão umbilical. E aí esse cérebro feminino numa genitália masculina, ou ao contrário, cérebro masculino numa genitália feminina, pode explicar a questão da transexualidade", afirma o psiquiatra. (G1, GLOBO, 2016)

Segundo o site “News Medical” no Reino Unido somente 1 em 4.000 pessoas recebe ajuda médica e psicológica para a disforia de gênero sendo que as pessoas que não recebem tratamento¹ possuem uma taxa maior para problemas de saúde mental. O sexo biológico é pré-determinado até mesmo antes do nascimento e só mais enfatizado com o passar do tempo. Por causa desses padrões as crianças são educadas de acordo com o sexo biológico, sendo esse o fato da caracterização da Disforia de Gênero, que muitas vezes é chamada de Transtorno de Identidade de Gênero, mas o termo não é aceito por causa do termo “transtorno”, já que não é uma doença mental, mas sim uma condição natural do gênero. Já o termo Disforia é usado para enfatizar a ansiedade de ter que viver no gênero errado.

¹ O termo "tratamento" ainda estava em discussão até a apresentação deste trabalho, por isso a utilização das aspas, entretanto em 2019 ocorreu a oficialização por meio da OMS, que a transexualidade não estará mais classificada como Transtorno Mental e sim como uma "Incongruência de Gênero".

O termo “Disforia de Gênero” foi criado em 1973 por John Money, Norman Fisk e Donal Laub. A partir disso, o primeiro congresso em Londres, antes chamado de “Associação Harry Benjamin”, passou a se chamar “Associação Internacional de Disforia de Gênero Harry Benjamin” (HBIGDA), sendo legalizada como uma das associações responsáveis pela regulamentação do “tratamento” para pessoas transexuais em todo o mundo, que publica normalmente as “Normas de Tratamento” que orientam profissionais que trabalham com a transexualidade (Standards of Care – SOC, atualmente em sua 6ª versão). Incluindo o guia, há dois outros documentos oficiais que são aplicados para diagnosticar a transexualidade, sendo eles: “Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM)” e o “Código Internacional de Doenças (CID).

Em 1952, o DSM, que foi publicado pela Associação Psiquiátrica Americana (APA), vem dando uma direção para os hospitais e seguradoras de saúde em vários países no mundo. A transexualidade ainda é considerada uma disforia, até mesmo a Organização Mundial de Saúde, que criou o CID, os define como “transtorno de identidade de gênero”. O movimento LGBT da França, conseguiu que não seja mais considerada uma patologia.

Já em 1987, a transexualidade, vista como “transexualismo”, que foi incluída no Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders- DSM), para pessoas que demonstrassem esse distúrbio de transformar o sexo do seu corpo e seu gênero social, por pelo menos dois anos.

O significado desse termo transexualismo não é mais usado, mesmo ainda aparecendo nos dicionários, ou como explicação para o que é transexual ou como única explicação, sem ter o termo transgênero, como acontece no dicionário Houaiss (2009) “sentimento de total falta de adaptação ao próprio sexo, associado a um desejo forte de adquirir as características físicas do sexo oposto.”. Bechara (2016) coloca o termo transgênero e transexualismo, sendo que o último é classificado como “convicção de fazer parte do sexo oposto, razão pela qual o indivíduo imita os maneirismos do outro sexo e chega a submeter-se a operações cirúrgicas para mudar sua sexualidade.”.

Mas desde os anos 80, vem havendo trocas do termo, como ocorreu em 1994, quando o “transexualismo” foi trocado por “Desordem da Identidade de Gênero”. Na versão de 2001, o DSM mudou de “Desordem” para “Transtorno de Identidade de Gênero”. Já em uma pesquisa

recente com o objetivo de retirar da categoria de doenças mentais, cientistas mexicanos efetuaram o primeiro estudo de campo que mostra que a redesignação de gênero não é uma doença.

— Esta reclassificação não só vai promover a discussão de novas políticas de saúde para que a comunidade trans tenha melhores acessos aos serviços de saúde e atenção, mas também (...) pode ajudar a reduzir o estigma e a rejeição de que são vítimas — afirmou Ana Fresán, uma das autoras do estudo. (O GLOBO, 2016)

Esse debate da despatologização da transexualidade é extremamente delicada, já que é o fato dessa ser classificada como disforia que permite que no Brasil a cirurgia seja feita de forma gratuita pelo SUS (Sistema Único de Saúde), que desde 1997 é autorizada pelo Conselho Federal de Medicina como recurso terapêutico para adaptar a genitália ao sexo psíquico. Porém, as intervenções cirúrgicas só podem ser feitas se acatarem os parâmetros definidos pelo Conselho de Medicina. Há a necessidade de passar por uma equipe com psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, assistente social e psicólogo, que fornecerão o laudo que concorde com a imposição do procedimento. Para conseguir o diagnóstico de “transtorno de identidade de gênero” e poder fazer as alterações dos documentos e corporais, o “paciente” precisa fazer terapia psicológica por no mínimo dois anos, vestir-se com as roupas do gênero identificado e iniciar a hormonioterapia. Alguns defendem a despatologização da transexualidade e outros já dizem que isso é perigoso, já que no Brasil, é exatamente esse fato que permite que a cirurgia seja feita gratuitamente.

Só em 29 de janeiro de 2018 foi criada uma Resolução CFP nº 01/2018 que visava prevenir o uso de meios psicológicos, para preservar ou fortalecer preconceitos, proibindo serviços que colaborem com estigmas culturais que discriminam o outro. A Resolução foi criada baseada em três pilares: transgêneros e travestis não são patologias; enfrentar a transfobia é necessário; as identidades de gênero são autodeclaradas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou oficialmente na 72ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, em 2019, que retiraria as pessoas trans como transtornos mentais da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde da 11ª edição (CID). A informação foi divulgada em 2018, mas só em 2019 que regulamento foi oficialmente divulgado. De acordo com a nova versão da CID 11, após 28 anos, os transexuais deixaram a categoria de transtornos mentais, para compor as de "condições relacionadas à saúde sexual" sendo classificados como "incongruência de gênero".

“Não há doença, não há patologia, não há desvio. E quando publicamos a nossa Resolução CFP nº 01/2018, consolidamos isso, formalizamos para toda a categoria no Brasil a perspectiva não patologizante das transexualidades”.

Em alguns países, como a Inglaterra e a Espanha, há o conhecimento legal da identidade de gênero dos transgêneros, sem ter a necessidade da realização da cirurgia redesignação sexual, mas determina que esses tenham o diagnóstico psiquiátrico e o tratamento hormonal. Autoras contemporâneas como por exemplo Daniela Murta (2008), contestam a percepção da experiência transgênero como uma condição anormal. Para ela, o “sujeito transexual não se encaixa em nenhum dos modelos propostos de identidade sexual segundo as práticas discursivas do século XIX” (MURTA, ÁVILA, GROSSI, 2012).

Em estudos atuais, cientistas querem tirar os transgêneros da lista de distúrbios mentais. Uma postagem feita pelo site “O Globo” em 2016 mostrou essa pesquisa dos cientistas mexicanos, que realizaram o primeiro estudo de campo que “demonstra que as mudanças na identidade de gênero não são uma doença.”. Outras pesquisas estão sendo feitas no Brasil, França, Líbano, Índia e África do Sul, que serão apresentadas em 2018 no debate da 11ª versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) da OMS, que é referência médica para os países participantes. Segundo o site, a pesquisa aponta que: “as questões psiquiátricas na população transexual são produto da violência e discriminação que sofrem e não, como se classifica atualmente, produto da sua transexualidade.” (O GLOBO, 2016)

Na transição, a pessoa transgênero passa pelo processo transexualizador, em poucas palavras adequa o corpo adquirindo características físicas do gênero com que se identifica, podendo incluir desde o tratamento hormonal, até os procedimentos cirúrgico mais variados, como a mastectomia, para os homens transexuais e a cirurgia de redesignação sexual e não se deve usar o termo “mudança de sexo”, pois o grupo de direitos se opõe a essa expressão, porque se trata de um termo obsoleto que não reconhece que as pessoas trans querem buscar uma adequação ao corpo para o que realmente são, por isso o uso do termo “cirurgia de redesignação sexual”, já que estudos mostram que a anatomia e a identidade de gênero originam-se de procedimentos hormonais e genéticos distintos, que não são iguais para a mesma pessoa.

O preconceito vivido pelos LGBTs pode ser chamado de LGBTfobia ou como a maioria usa “Homofobia”, que é quando alguma pessoa sofre discriminação ou qualquer tipo de violência por ser julgada como sendo lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual ou transgênero, não importando se a pessoa é mesmo ou não. Sendo que a esse preconceito nasce

por causa da discordância com a diversidade sexual, sendo esses grupos divididos em dois grupos de minoria: da orientação sexual (lésbica, gay e bissexuais) e a identidade de gênero (travestis, transexuais, intersexuais e transgêneros). Porém para a categoria “T” deve-se usar o termo “transfobia” já que eles sofrem outro tipo de preconceito, sendo esse por causa de sua identidade de gênero, já que os estereótipos sofridos, ainda se tem a invisibilidade de sua identidade.

Figura 7 - O país que mais mata



Fonte: Universa

O Brasil é o país mais transfóbico, é o líder no ranking de assassinato, segundo os dados da organização “Transgender Europe”. Segundo o site R7, “De 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016 foram 123 mortes no país.” O relatório chamado “A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans” traz dados sobre a transfobia e os altos índices de violência. Ele aponta que a maior parte dos acontecimentos ocorrem em São Paulo, com 18 assassinatos, Rio de Janeiro, com 13. Embora esses índices sejam altos, o Nordeste é a região com mais homicídios, sendo 46. O estudo aponta que 50,6 são profissionais do sexo, em 24 homicídios o assassino era um cliente, fazendo com que, dessa maneira a expectativa de vida não passe dos 35 anos, enquanto a população geral vive 74,9 anos, segundo o IBGE (Instituto de Geografia e Estatística). E a situação das pessoas transgêneras varia muito no mundo. Segundo o site G1 (2016), a Organização de Defesa Dos Direitos Humanos (Human Rights Watch) mostrou 80 países em

que relações homossexuais ou a realização de atos LGBT são condenados, com torturas ou até mesmo com pena de morte. Alguns países como os Estados Unidos, possuem leis mais avançadas em relação a proteção contra a discriminação das pessoas transgênero. Infelizmente essas leis se modificam dependendo do estado. Já na Europa, o Parlamento Europeu aprovou em 1989 uma resolução que proibia a discriminação com pessoas transgênero. Só que apenas 13 dos 28 países que são membros da União Europeia proibem formalmente a violência com o grupo LGBT.

2.2 O NOME SOCIAL PARA OS TRANSGÊNEROS

A diferença entre o Nome Social e Civil é que o Nome Civil pode ser dividido em público e privado. Sendo o Privado, o direito de a pessoa ter um nome e defendê-lo, direito de ser reconhecido socialmente e assim ser chamado. O Público, está relacionado à vida pública da pessoa, como por exemplo em assinaturas de documentos, seria a identificação do sujeito. O nome civil em regra não poderia ser mudado, mas com as alterações feitas pela Lei n. 9.708/98, o artigo 58 “caput” da Lei dos Registros Públicos foi revogado e passou a prevalecer o seguinte texto: “O pronome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos e notórios” (JusBrasil, 2013). Cabendo também a alteração por meio de uma ação judicial no caso de exposição ao ridículo e para disforia de gênero, abrangendo os casos de transexuais, intersexuais, mas a alteração contém critérios e muita dificuldade em sua realização.

O Nome Social é o nome pelo qual travestis e transgêneros se identificam e preferem ser identificados, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade, sendo que o nome de registro não concorda com a personalidade da pessoa. Para as pessoas transgêneros isso é ainda pior, já que a aparência física e psicológica não corresponde muitas vezes ao seu nome civil. A alteração do nome social era possível com uma ação judicial para modificar o nome e sexo no registro civil, sem ser necessária a realização da cirurgia. Nesse caso todos os requisitos devem ser preenchidos, mas como essa mudança dependia da avaliação judicial, dependia do entendimento de cada juiz exigir ou não a cirurgia. Em uma nova ação do STF, de março de 2018, foi decidido que transgêneros possam mudar o registro civil sem a necessidade

de cirurgia e sem a necessidade de uma autorização judicial para a mudança. Infelizmente ainda há algumas ressalvas, sendo elas que para que isso ocorra, deve-se ter a idade mínima de 21 anos, diagnóstico médico por equipe multidisciplinar, de no mínimo dois anos de acompanhamento conjunto.

A cirurgia de redesignação sexual ou a transgenitalização, e não “mudança de sexo” que é um termo inadequado, é um procedimento cirúrgico, para alterar o órgão genital, criando uma neovagina ou um neofalo, a cirurgia não tem um grande papel na vida ou no processo transexualizador, podendo ou não acontecer.

Ainda segundo o site do JusBrasil o Nome Social é visto como:

O nome social pode ser definido como um nome civil que não aderiu à personalidade da pessoa natural, portanto é o prenome que é utilizado publicamente distinto do nome civil de quem o utiliza. É permitido aos transexuais e, em alguns casos, na vida escolar, quando por exemplo um aluno não quer ser chamado por seu nome civil. Desse modo difere-se nome social de apelido, pois se assim fosse em praticamente todos os atos da vida seria permitido a todos ser chamado por seu apelido, sendo a distinção máxima a falta de aderência do nome civil à personalidade da pessoa natural – exemplo mais aceito: transexual em que o fato de ser chamado por seu nome civil causa constrangimento e exposição notoriamente constante ao ridículo, dado que o nome civil não representa a pessoa natural. (JusBrasil, 2013)

Lembrando que ele deve ser utilizado e respeitado, tanto na forma escrita (formulários, listas de chamadas, crachás, etc.) quanto da forma verbal, por todas as pessoas e instituições, sendo elas públicas ou privadas, como escolas, unidades de saúde, bancos, entre outros. A não utilização correta do nome social, distingue como comportamento discriminatório com base na Lei Estadual 10.948/2001, de São Paulo, que prevê penalidades administrativas e multas.

A Lei abrange toda comunidade LGBT, consiste em qualquer ato doloso, constrangedor, humilhante, intimidatório ou violento, por causa da orientação sexual ou identidade de gênero. Segundo a Defensoria Pública do Estado de São Paulo “Combate à Discriminação Contra: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros” são considerados discriminação:

[...] a proibição da livre manifestação de afetividade, como beijos; a proibição de ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento, como restaurantes, shoppings; a demissão do (a) trabalhador (a) ou sua não contratação, em razão de orientação sexual e identidade de gênero, dentre outros. (SÃO PAULO, JULHO DE 2016)

No caso de discriminação, travestis e pessoas transgêneras podem contatar o Núcleo, sendo considerado discriminação o desrespeito à identidade de gênero, a não utilização do nome social, a violência física e psicológica e o impedimento do uso de banheiro de acordo com sua identidade.

Do mesmo modo que existem leis e comportamentos adequados para tratar cada indivíduo em sua especificidade, a escola deve acompanhá-los e fazer com que os preconceitos não permaneçam nesse local. No próximo capítulo haverá um aprofundamento sobre o assunto.

3 GÊNERO NAS ESCOLAS

O que muitos acabam errando ao falar sobre a discussão de gênero nas escolas, é que acham que vai ser ensinado que “não existe” homem ou mulher, ou tirar deles suas identidades, falar sobre não tem como objetivo alterar a sexualidade de alguém – os pesquisadores e ativistas da área não acreditam que a orientação sexual ou identidade de gênero possam ser modificadas e principalmente que nunca defenderiam ou incentivaram a erotização infantil ou a pedofilia. Sendo assim nunca houve uma “ideologia”. Só que a questão é totalmente contrária, é assimilar que socialmente temos papéis construídos que nos dizem o que fazer e quem deve fazer. Criando algumas deficiências, como as meninas não serem encorajadas a fortalecer suas habilidades em lógica, já que áreas que usam cálculos são para “homens”.

Falar sobre gênero nas escolas vai bem além de sexualidade, é problematizar para desconstruir os papéis construídos culturalmente. Debater essas questões vai além, indo até as questões LGBT e revendo os estereótipos que também oprime os homens. É respeitar as diferentes sexualidades e distinguir as pessoas que sempre foram apagadas das narrativas. Como a própria Simone de Beauvoir diz que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher, então também podemos dizer que ninguém nasce homofóbico, transfóbico, misógino, entre outros. Há uma espécie de instrução de como deve ser o corpo e de como agir, não é como se fosse algo simplesmente natural, o homem do sexo masculino, com as genitália ditas como masculina, o pênis, é condicionado a ser o provedor, ser forte, gostar de mulher, já a mulher com vagina, é condicionada a ser mãe, delicada, gostar de rosa, estar sempre arrumada, ser uma boa esposa e servir aos homens.

Em pesquisa delegada pela Instituição Católica pelo Direito de Decidir, realizada em fevereiro de 2017, que a maioria dos brasileiros é a favor de discutir assuntos ligados ao gênero nas escolas. Mesmo a pesquisa não sendo oficial, revela que esse assunto ainda pode ser discutido de maneira mais aberta, de acordo com as informações reveladas pelo HuffPost Brasil, 72% concordam total ou parcialmente que os professores promovam debates sobre o direito de cada um viver livremente sua sexualidade, sejam homossexuais ou heterossexuais. Discutidos sobre os alunos de escolas públicas receberem aulas de educação sexual, 88% dos entrevistados expressaram ser a favor. Nisso 42% consideram que o conteúdo deve ser dito só a partir dos 13

anos, 36% dizem que deve ser a partir dos 10 anos, 10% antes dos dez anos, já 9% acham que o assunto não deve ser abordado e 3% não soube responder.

Entre a população LGBTI a evasão escolar é um cenário ainda mais grave, uma vez que a discriminação e a violência são ainda maiores dentro das escolas, sendo que a situação para as crianças e jovens transexuais é ainda pior, em espaços públicos eles são privados de direitos básicos, como por exemplo o uso de seu nome social e acesso ao banheiro segundo seu gênero.

A cartilha de Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas, da UNESCO, criou condutas que podem contribuir para assegurar a inclusão da questão da diversidade sexual como pauta de estudos das escolas.

a) O objetivo maior de todas as ações de inclusão é criar um ambiente de respeito e valorização da diferença, então, não se trata de abordar gueis, lésbicas e travestis como “coitadinhos” que necessitam apenas de proteção, mas como sujeitos que trazem uma discussão importante para todos, inclusive os heterossexuais, sobre o respeito à sexualidade e à diversidade sexual. Ou seja, as atividades educativas planejadas devem considerar que os rapazes heterossexuais têm muito a aprender sobre sua heterossexualidade no convívio e por meio da discussão com os rapazes homossexuais, e vice-versa. [...]

c) As questões que dizem respeito à inclusão da diversidade sexual, à valorização da diferença, à construção de um ambiente de respeito e acolhida para com as diferentes formas de viver a sexualidade devem constar claramente nos documentos oficiais da escola, quais sejam, o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Regimento Escolar, os Planos de Ensino e de Estudo etc. Esses temas devem ser discutidos com a comunidade escolar, e precisam ser traçadas diretrizes claras sobre o que se deseja com esta 136 discussão. Nada deve ser feito “por baixo dos panos”, como se os assuntos que dizem respeito à vida sexual dos alunos fossem proibidos de ser discutidos. Há uma farta legislação nos níveis federal e estadual, inclusive no âmbito dos municípios, apoiando as iniciativas que visem discutir temas de sexualidade nas escolas. [...]

f) As questões que envolvem a diversidade sexual são complexas e exigem estudo por parte dos professores. Devemos lutar para ter acesso a materiais pedagógicos adequados, a cursos de formação, a participação em eventos que discutam os temas da sexualidade. Não devemos abordar nenhum tema de forma improvisada na escola. Escola é lugar de aprendizagens, e isto se faz de forma planejada.

A escola deve ser um ambiente seguro para todos que estão nela e a discussão de preconceitos também deve ser feita, com isso o próximo capítulo irá tratar da transfobia no ambiente escolar com alguns relatos e explicação sobre transfobia.

4 TRANSFOBIA NA ESCOLA

Na capa da revista Nova Escola de fevereiro de 2015, trouxe Romeo Clarke, de 5 anos, britânico, que usa vestidos brilhantes com flores e lantejoulas. A revista trouxe um debate sobre o papel das corporações educacionais na reprodução da discriminação LGBT, focando na identidade trans. Sendo que Romeo foi mais um caso de descaso da escola, que o afastou até que decidisse "se vestir de acordo com seu gênero". (Revista Nova Escola, Soares, 2015)

Figura 8 - Capa Nova Escola, Nº 279



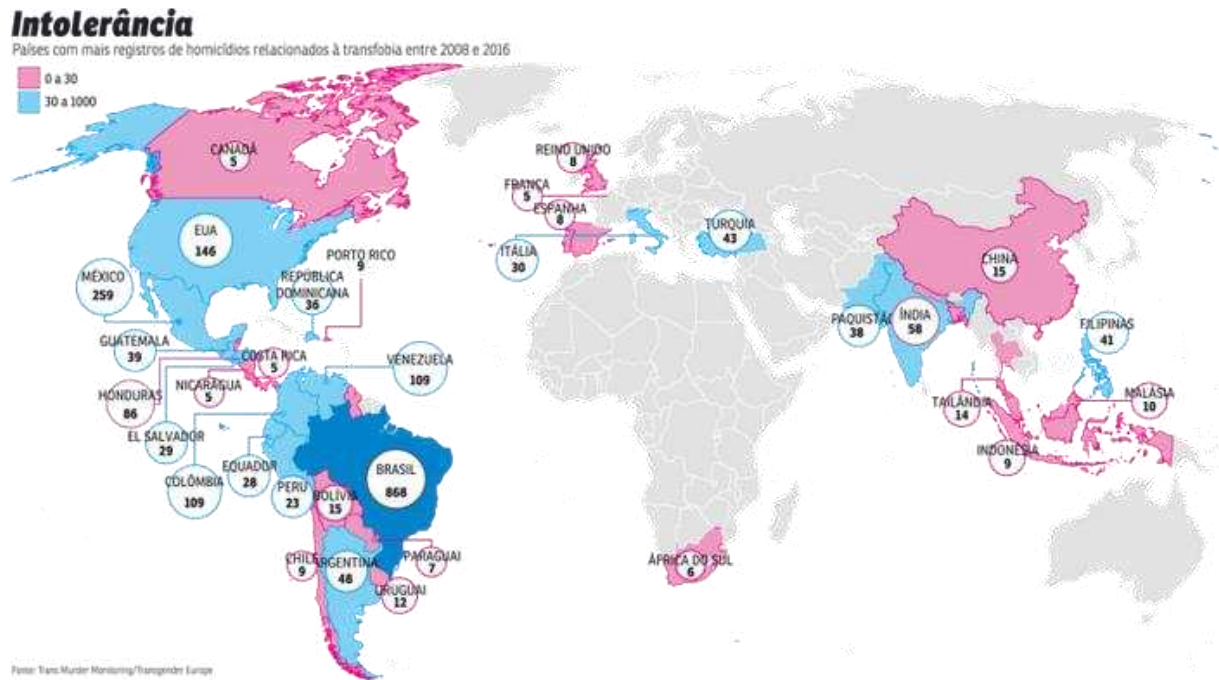
Fonte: Revista de fevereiro de 2015, Nº 279. Disponível em:

<<https://novaescola.org.br/conteudo/80/educacao-sexual-precisamos-falar-sobre-romeo>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

No artigo, Soares dá visibilidade a necessidade de gênero e sexualidade nas escolas. Apontando diversos casos onde a escola foi cumprisse ou responsável por casos de discriminação, já que não tocam em assuntos ditos “polêmicos”. Foram tidas poucas páginas para tratar sobre a identidade trans, o combate a homofobia e transfobia e o nome social e poucos canais importantes relataram sobre esse caso.

Infelizmente, esse não é o primeiro caso ou o último, já houveram outros casos, porém em sua grande maioria esses casos não ganham repercussão midiática, porque ou a escola abafa o caso ou por vergonha a vítima acaba não denunciando, ou até mesmo porque a mídia simplesmente não relata os casos, só dando algum destaque quando a vítima morre e muitas vezes até nesse caso o modo de fala é minimizado.

Figura 9 - Mapa da Intolerância



Fonte: Cunha

No Brasil, em 2017 um caso chamou atenção depois que uma mãe acusou a escola Sesc de Fortaleza, de transfobia, publicando um texto em sua rede-social. Mara, mãe de uma garota trans, afirmou que a escola já havia tido atitudes transfóbicas antes, como não respeitar o nome social da aluna e o banheiro de acordo com sua identidade de gênero. Até que chegou ao ponto de a escola excluir a aluna do quadro de alunos, legando que a garota deveria procurar outra escola que atendesse suas necessidades. A mãe chegou a procurar o Centro de Referência LGBT de Fortaleza, registrou um boletim de ocorrência. A Escola Educar Sesc publicou uma nota pedindo desculpas à família, que irá apurar e adotar novos protocolos para que esse fato não volte a acontecer e assegurou que a aluna continua matriculada.

Em 1999, Rafaela Damasceno foi uma das primeiras alunas trans a entrar em uma universidade pública no Brasil e assim como outras, por causa de intolerância de colegas e professores a fez abandonar o sonho e sair da universidade. Com um meio tão agressivo, é um

milagre que um aluno trans consiga terminar pelo menos o ensino médio. Uma pesquisa realizada pelo defensor público João Paulo Carvalho Dias, presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil, supõe que tenha 82% de evasão escolar de travestis e transexuais, fazendo com que aumente os altos índices de violência já vividos por esses grupos.

Infelizmente, não é só os alunos que sofrem por transfobia, quando a pessoa consegue passar por todas as dificuldades e consegue terminar a faculdade e ingressar no meio, acontece algo como foi o caso da Luiza Coppieters, que sofreu transfobia na escola que trabalhava e teve que entrar com um processo contra a escola, na qual ela ganhou, porém, em entrevista para o G1, a escola Anglo negou que o motivo da demissão tenha sido por preconceito sexual, mas que iria “acatar integralmente a decisão judicial”, que será recontrata-la e pagar uma indenização.

A Escola Anglo em 2015, que foi o ano que teve a repercussão sobre a demissão de Luiza, comunicou que a professora foi desligada, “por problemas de ordem profissional”, contudo, não houve maior detalhes da demissão. A professora Luiza, entretanto, não concordou com essa declaração, dizendo que foi “demissão sem justa causa”.

Com a decisão da Juíza, Luiza comemora e comenta “São Paulo terá a única professora transexual em escolas privadas e a única professora lésbica publicamente assumida”, porém lamenta as circunstâncias de outros educadores transexuais, “O que revela o caráter machista, misógino e preconceituoso da sociedade paulista e, principalmente, do ambiente das escolas particulares”.

Em meio aos casos ruins, ainda há esperança, como é o projeto criado por professoras do Instituto Brasileiro Trans de Educação, que tem a finalidade de firmar estratégias para eliminar a transfobia nas escolas. Com capacitação de profissionais em relação à diversidade, criando alternativas para que a transfobia não afaste estudantes trans e travestis das escolas, pretende estimular parceiros para pesquisas em universidades públicas ou privadas. Como mostra o informativo do IBTE, assinado pelas professoras Fernanda Ribeiro Pereira, Julia Jorge de Oliveira, Rebecka de França, Sayonara Nogueira e Andreia Lais Cantelli: O IBTE é monitoramento, é parceria, é educação, é política pública, é produção científica, acadêmica, educacional, ou seja, é produção de vida, de vida trans.

Cantelli afirma que é fundamental trabalhar com a formação dos profissionais da educação, isso em sua totalidade, ir além dos professores e diretores, mas também com os outros profissionais que trabalham na escola, a bibliotecária, merendeira, secretaria e assim por diante. A formação dos profissionais ainda é marcada pela cisheteronormalidade compulsória.

Eles promovem o comportamento de referência. Ou seja, a forma como ele vai agir com uma estudante travesti, por exemplo, vai fazer toda diferença numa sala. Os demais estudantes percebem a presença como estranha num primeiro momento, mas depois acaba sendo mais uma estudante, mais uma professora.

Os profissionais entendem o corpo a partir de uma linguagem de homem é igual a pênis, mulher é igual a vagina. E o corpo que foge a essa cisheteronormatividade, ou seja, das pessoas trans e LGB, não cabe no ambiente escolar, porque ele é moldado para o homem cis e a mulher cis. Mas a escola é um local onde há diversidade.

O Instituto pretende também fiscalizar violações de direitos dos estudantes trans e travestis, seja o não exercício do nome social, a proibição do banheiro, constrangimentos, entre outros. Além de apoiar e auxiliar profissionais trans que não compreendem a estrutura cisheteronormativa das escolas.

Como já dito, a escola deve ser um lugar acolhedor e com isso também a escola também tem seu papel na sociedade, para construir cidadãos melhores, cidadãos que aceitem o diferente e quebrarem o que é dito padrão.

5 O PAPEL DA ESCOLA NA SOCIEDADE

No dicionário Aurélio (2010) o significado de escola é “Estabelecimento de ensino.; Doutrina, sistema.”. Já no dicionário Houaiss (2009) “Doutrina, teoria ou tendência de estilo ou pensamento (e. de Freud)”. Para Bechara (2016) é o “Conjunto dos alunos, professores e pessoal de uma instituição de ensino”. Para o dicionário contemporâneo Aulete escola é “Doutrina ou sistema filosófico, teológico, estético, artístico, científico, estilístico etc., de um grande criador ou grupo de autores”.

A escola tem o papel de verificar a ação individual e social, tanto de quem atua, quantos dos alunos. Historicamente, a escola é o espaço de intermediação do saber meticuloso científico, implementado durante, pelos sujeitos sociais. Com isso a escola atua na mediação sobre o conhecimento antecedente dos alunos e os conhecimentos formais, estruturais, proporcionando linhas de acesso ao conhecimento científico.

A escola não é apenas o lugar para ensinar conteúdos fixos, mas também é o lugar onde se começa a conviver com a diferença, de diversas raízes, que passa a respeitar e aprender com as diferenças, entendendo-se parte de um cenário coletivo, conhecendo como dialogar, levantando hipóteses e achando soluções, adaptando a valores, conhecimentos acadêmicos e referências sócio históricos.

Educar antes era conviver com a comunidade, ouvindo e aprendendo com os mais velhos e suas experiências, assim passando as tradições adiante naturalmente, sem utilizar uma instituição específica. Com isso a criança aprendia com a comunidade, com os adultos ensinando.

Só na Idade Média, que a educação passou a se tornar produto da instituição escola e com um conjunto de pessoas específicas (na maioria das vezes religiosos). O ensino em sua maioria estava reservado à elite, à nobreza, não havendo separação entre crianças e adultos, não tendo como princípio doutrinar os alunos.

Educação é “Conjunto de normas pedagógicas tendentes ao desenvolvimento geral do corpo e do espírito.”. (Aurélio, 2017). Houaiss (2009) define como “Processo para o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano.”. Para o Bechara (2016)

“Formação e desenvolvimento do ser humano, intelectual, moral e fisicamente, visando à integração social, usando os métodos apropriados e ger. em estabelecimento adequado; ensino instrução.”.

A partir do século XVII, a escola começou a ser moldada como é conhecida hoje, estando ligado ao aumento do capitalismo. A partir de 1750, com a Revolução Industrial, apareceu um número maior de pessoas que sabiam ler e fazer contas, mas essas foram usadas nas indústrias, para fornecer mão-de-obra trabalhando em máquinas. A burguesia elitizada que estava no poder entendeu que precisava treinar os trabalhadores, formando-os como trabalhadores disciplinados. Assim a escola começou a ter as funções conhecidas hoje, os dominantes mostrando qual é o lugar do dominado na sociedade, a instituição escolar passa a ser o principal meio para aumentar o capitalismo.

O educador tem como papel de não apenas passar os conteúdos ou preparar os alunos para o mercado de trabalho, mesmo sendo uma sociedade capitalista, deve-se fazer o aluno pensar sobre a realidade que está vivendo, participando afetivamente e ativamente, aprendendo sobre os valores, crenças e referências sócio histórico, assimilando algo significativo para si e para o outro, para poder se tornar uma pessoa consciente e responsável para transformar a realidade que está inserido. Entendendo que o homem é alguém capaz de se modificar e modificar o que está em sua volta, sendo alguém que está em constante processo de aprendizado e mudança.

O professor pode ser a figura que representa a mediação do que está entre o aluno e a realidade que o cerca. Pela própria história, há momentos em que o professor se relaciona com os alunos, como o único dono do saber e faz do aluno um simples depósito, para receber as informações. Entretanto deve-se perceber que o ensino-aprendizado muitas vezes acontece com um ir e vir de conhecimentos com um diálogo aberto, para apontar os problemas, levantar hipóteses, estabelecer relações, aprendendo muitas coisas juntos.

Canivez (2014) defende que a escola é o segundo lugar social do indivíduo, sendo o lugar que começa a ter relações para além da família, convivendo com diferentes pessoas de etnia, raças, religiões e cultura:

A escola, de fato, institui a cidadania. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de

parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra. (CANIVEZ, SILVA e FERREIRA, 2014)

Para a autora Freitas, a escola é o espaço de transformar cidadãos conscientes dos direitos e deveres, críticos e reflexivos, assim podendo ajudar na construção de uma sociedade mais justa.

(...)a cada momento fazer o aluno pensar, refletir, analisar, sintetizar, criticar, criar, classificar, tirar conclusões, estabelecer relações, argumentar, avaliar, justificar, etc. Para isto é preciso que os professores trabalhem com metodologias participativas, desafiadoras, problematizando os conteúdos e estimulando o aluno a pensar, a formular hipóteses, a descobrir, a falar, a questionar, a colocar suas opiniões, suas divergências e dúvidas, a trocar informações com o grupo de colegas, defendendo e argumentando seu ponto de vista. (FREITAS, 2011 apud SILVA e FERREIRA, 2014)

A escola por fazer parte de um contexto que envolve inúmeras diferenças, é também alvo de desigualdade e preconceito. Como nos é orientado no PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais).

As pessoas não nascem boas ou ruins; é a sociedade, quer queira, quer não, que educa moralmente seus membros, embora a família, os meios de comunicação e o convívio com outras pessoas tenham influência marcante no comportamento da criança. E, naturalmente, a escola também tem. É preciso deixar claro que ela não deve ser considerada onipotente, única instituição social capaz de educar moralmente as novas gerações. Também não se pode pensar que a escola garanta total sucesso em seu trabalho de formação. Na verdade, seu poder é limitado. Todavia, tal diagnóstico não justifica uma deserção. Mesmo com limitações, a escola participa da formação moral de seus alunos. Valores e regras são transmitidos pelos professores, pelos livros didáticos, pela organização institucional, pelas formas de avaliação, pelos comportamentos dos próprios alunos, e assim por diante. (BRASIL, ano e página) (PCN, Temas Transversais- Ética)

A formação da sociedade consiste em uma diversidade étnica e cultural, que também é vista na escola, e é um dos meios para o preconceito, pois é onde há o julgamento sobre as outras pessoas. O preconceito é um conceito antecipado que é formado sobre uma determinada pessoa, que se “comporta” de maneira diferente do que se está culturalmente acostumado, essas manifestações de desigualdade não vêm de forma natural, mas sim por causa de uma construção social sem base objetiva, valores esses impostos por um grupo dominante em um grupo dominado. McLarem explica essa manifestação:

Preconceito é o prejulgamento negativo de indivíduos e grupos com base em evidências não reconhecidas, não pesquisadas e inadequadas. Como essas

atitudes negativas ocorrem com muita frequência, elas assumem um caráter de consenso ou cunho ideológico que é, muitas vezes, usado para justificar atos de discriminação. (MCLAREN, 1997, 212 apud SCOPEL e GOMEZ, 2006)

Respeitar as diferenças é uma tarefa de todos, para assim poder mudar a mentalidade e não fazendo com que as crianças já construam esse pré-conceito sobre algum grupo, podendo eliminar atitudes de discriminação. A escola torna-se responsável em socializar o reconhecimento e o respeito as diferenças dentro da sociedade, mas infelizmente a escola ainda não é vista como um espaço para tais discussões relacionadas à sexualidade. Ainda não há uma disciplina específica que possibilite um debate entre os jovens e a sociedade tão pouco, seja por medo de estimular um comportamento sexual que não é bem visto.

Segundo os dados sobre discriminação do 9º Seminário Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que foi realizado em 2012 na Câmara dos Deputados, sobre o Dia Internacional de Combate a Homofobia:

- Mais de 40% dos homens homossexuais brasileiros já foram agredidos fisicamente durante a vida escolar, diz estudo da Unesco;
- Mais de um terço dos 15 mil alunos entrevistados para uma pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) procuram não chegar perto de homossexuais;
- 21% acham que estudantes homossexuais não são normais;
- 26% dizem não aceitar a homossexualidade. (SOARES e QUEEN, 2012)

Infelizmente a mudança para esse cenário ainda está vindo de forma lenta, houve uma discussão em 2011, que teria um pequeno avanço com o material com os temas sobre orientação sexual, identidade de gênero e homofobia, mas foi vetado pelo governo, por se tratar de uma temática sobre sexualidade, infelizmente ficou conhecido como “kit gay” e nem se quer saiu da teoria. Mesmo sendo uma discussão feita de forma lenta, algumas escolas e professores ainda conseguem entrar nessa discussão, embora apenas alguns materiais são estimulados pelo governo.

As questões referentes a sexualidade estão, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula assumidamente ou não – nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes. (LOURO, 1997, p. 131 apud MESQUITA).

Em 1990 na Tailândia, ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, também conhecida como a Conferência de Jomtien, teve participação das principais estruturas

internacionais, por exemplo a UNESCO e UNICEF, elaborando o documento com mais significado em relação à educação. Dando continuidade a uma sucessão de negociações internacionais, desde o século XX para praticar o direito à educação, especificado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Os princípios da UNESCO para a Educação para Todos é que a educação seja uma arma contra a pobreza, a educação de mulheres como um fator decisivo para diminuir a taxa de mortalidade, entre outros [...] a educação deve chegar aos excluídos; quanto melhor é o aprendizado melhor será a qualidade de vida [...] (MENEZES e SANTOS, Educa Brasil, 2001).

Já no ano de 2000 ocorreu o Marco da Ação de Dakar, quando foi criado o compromisso global firmado por 164 governantes, Educação para Todos, que oferece a todas as crianças, jovens e adultos uma educação que satisfaça as necessidades fundamentais de aprendizagem. Um dos pontos é a abolição da desigualdade de gênero a educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, focalizando na garantia ao acesso e o desempenho integral e equitativo de meninas na educação básica de boas qualidades.

Segundo a UNESCO, que ficou responsável pela colaboração com as outras quatro agências que patrocinaram (PNUD, UNFPA, UNICEF e Banco Mundial), o Brasil está junto com outros 53 países que não conseguiram alcançar o propósito do Educação para Todos até 2015, ou seja, só um terço dos países conseguiram efetuar as metas. A falta de recursos é um dos principais motivos para a falha, na declaração os países prometeram em investir 4% a 6% do PIB ou 20% do Orçamento. Nos últimos dados disponibilizados pela UNESCO em 2012, apenas 39 países dos 142, gastaram 6% ou mais do PIB na educação.

No Brasil, a meta de investimento é seguida, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), já o investimento de 6,6% do PIB e já apresentou os seguintes avanços:

- Acesso ao ensino fundamental está quase universalizado, com 94,4% da população de 7 a 14 anos incluídos nesse nível de ensino.
- A proporção de jovens na idade própria que se encontra no ensino médio é mais que o dobro da existente em 1995, mostrando expressivo avanço no acesso à educação secundária.
- Redução das taxas de analfabetismo entre jovens e adultos.
- Aumento no acesso ao ensino superior.

A educação está tendo inúmeras recomendações e projetos, que começam um debate para problematizar questões políticas, inclusões, eliminação aos estereótipos, respeito e aceitação a diversidade, formação para cidadania, entre outros.

Até hoje o maior desafio é a inclusão educacional, em países mais pobres ainda existem milhões de crianças que nunca foram a uma escola e em alguns países mais ricos alguns jovens saem da sala sem qualificação. Para entender o significado de incluir o dicionário Aurélio (2010) determina como “Abranger, compreender, conter.”. No dicionário Houaiss (2009) “Fazer que seja parte de (grupo, lista, todo etc.); inserir-se”.

A exclusão na educação está mais evidente em discriminação a qualquer grupo de vulneráveis a pressões excludentes, ou seja, a inclusão social tende a se referir a grupos cujo acesso à escola esteja ameaçado. O processo de inclusão e exclusão, aparece em alguns processos comuns que estão ligados a diferentes formas experimentais.

O preconceito vivido na escola acarreta as mais variadas e graves implicações ao aluno, sendo esses psicológicos ou cognitivos,

perda de autoestima e autoconfiança, retraimento, dificuldade de concentração, absenteísmo escolar, fobia da escola, sentimento de culpa e vergonha, depressão, ansiedade, medo de estabelecer relações com estranhos, levando em alguns casos à tentativas de suicídio. (GARCIA, 2009 apud RICHARTZ; SANTANA, 2012, p. 5)

Alguns alunos, infelizmente, acabam sendo vítimas de transfobia e outros preconceitos todos os dias, tendo dificuldade em permanecer na escola, o lugar que deveria ser a “segunda casa” do aluno o está afastando, fazendo desse lugar, um local machista, homofóbico e preconceituoso, isso mostra que a escola às vezes acaba não promovendo a inclusão e a liberdade às diferenças. A homossexualidade ainda é vista como uma doença, muitas vezes até mesmo contagiosa, principalmente por causa da cultura heteronormativa², gerando um afastamento do aluno.

As pessoas transgênero têm um índice de evasão escolar muito grande, por causa da invisibilidade, dada pelos órgãos governamentais que ainda não preparam indicadores que

² Cultura heteronormativa: vem do lugar que pressupõe que ser hétero é o normal e ou o padrão, assumindo que esse conjunto de ações associados é a norma. Ser hétero é visto como a sexualidade padrão, e dizendo que outras sexualidades são erradas ou inexistentes.

possa medir em estatística esse grau de evasão, esses gráficos são praticamente inexistentes para os censos oficiais, sendo contabilizadas somente por organizações criadas pelo próprio movimento Trans. Algumas pesquisas avaliativas mostram a reincidência da exclusão escolar na vida dos LGBTs, estão permanentemente ligada ao ódio e à violência transgressora contra essa população. De acordo com a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (RedeTrans), 82% das mulheres transgêneros e travestis abandonaram a escola antes de terminar o Ensino Médio, sendo que 90% acabaram na prostituição. Já os homens Trans, acabaram se submetendo a subempregos.

Na educação, principalmente, por estar relacionada a uma educação heteronormativa, as pessoas que não se sujeitam aos padrões de feminilidade, masculinidade e de orientação sexual que são ditas como “normais”, a partir da visão dos padrões sociais dos dominantes, são enxotadas da educação formal, do ambiente escolar, por causa do mecanismo da invisibilidade normativa, causando uma violação de direitos, com agressões verbais e muitas vezes físicas, fazendo com que suas diferenças sejam convertidas em desigualdades reais. O currículo escolar não considera suas identidades, elas têm dificuldade até mesmo para serem chamadas pelo nome social, o que só lhes causa constrangimento e dor.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa, teve o propósito de debater e entender os desafios que a pessoa trans passa nas escolas, foi possível entender também porque muitas pessoas acabam abandonando os estudos, devido ao grande tabu de ser quem são e indo para a prostituição, já que o mercado de trabalho a exclui, como apresenta o Relatório da violência homofóbica no Brasil, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Já segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), mostra que 90% das pessoas trans procuraram pelo menos uma vez essa profissão.

Durante a pesquisa bibliográfica, foi possível conhecer o processo histórico de luta e de reconhecimento da pessoa trans como um indivíduo. O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, isso retrata como esta é uma população marginalizada e muitas vezes esquecida nos meios, o que torna ainda mais difícil a contabilização dos crimes, segundo a ONG Transgender Europe (TGEu) de novembro de 2016, no Brasil nos últimos 8 anos ocorreram 868 mortes de travestis e transexuais, fazendo o Brasil disparar no ranking.

A dificuldade de material para a escrita fez com que o rumo da pesquisa mudasse, entretanto, o foco não mudou, que era a tentativa de quebrar o tabu perante o ensino para essas pessoas, já que a escola é um dos lugares que o aluno mais passa, esse deveria ser um local seguro e acolhedor.

O objetivo do trabalho foi abrir uma reflexão sobre o que é a identidade de gênero, sobre o tratamento da pessoa trans na sociedade e na escola. Com a tentativa de aprofundar tal discussão, foram buscados artigos e pesquisas científicas para ter um maior aporte epistemológico. Como se trata de um tema ainda novo e tratado como um tabu, há uma dificuldade em achar material, principalmente focado na área da educação, muitos dos artigos são voltados para a área da medicina, psicologia e direito.

O trabalho ficou dividido em capítulos, o primeiro capítulo é focado em trazer uma explicação mais geral sobre o papel de gênero, a diferença de gênero e sexo e a construção do papel de cada gênero, para que pudesse ter um esclarecimento sobre o que é ser uma pessoa transgênero/transsexual.

No segundo capítulo o destaque maior na importância do papel de gênero nas escolas e como quebrar o tabu e preconceitos vividos pelos que são considerados minorias.

Seguindo esse raciocínio, no terceiro capítulo passa a tratar a transfobia vivida nas escolas ou instituições e o quanto isso afeta o ensino aprendido de cada, causando até a desistência.

O quarto capítulo foi focado em recolher notícias sobre transfobias sofridas nas escolas, seja por aluno quanto por professores. A escola deveria ser um local acolhedor, mas não é assim, principalmente para os que são considerados diferentes do “normal”.

No quinto capítulo foi debatido o papel da escola na sociedade e como ela pode contribuir para quebrar esses tabus e tantos preconceitos e tentar abrir um espaço para discutir como mudar isso.

O trabalho também tem uma preocupação em usar corretamente alguns termos no glossário, tanto para facilitar a leitura quanto para conscientizar da forma correta de tratamento.

O seguinte trabalho não traz e não teve a pretensão de trazer um esclarecimento e sim ser mais um meio para um possível debate, uma reflexão. Em meio a tantas descobertas e ganhos de direitos, também há a tentativa de tirar direitos já adquiridos pela comunidade LGBT.

Considerando que a grande parte da evasão nas escolas é pela comunidade trans, a principal pergunta que se deve fazer é como o professor e a escola podem mudar essa realidade de evasão, sendo que muitas vezes este nem é um assunto a ser tratado dentro do ambiente estudantil ou universidades que estão formando novos professores.

Entretanto, é fundamental avaliarmos a importância do professor para a inclusão e formação de um cidadão, um professor transfóbico e preconceituoso, auxiliará com a conservação de uma sociedade preconceituosa. Sabemos que a LGBTfobia adoece e principalmente mata.

Viver em uma sociedade que discrimina, não adoece somente aos que sofrem, mas todos são afetados por tanto ódio, um professor ativo e consciente, poderá auxiliar nessas várias camadas de preconceitos vividos pelos alunos na sociedade. Para que as pessoas trans consigam estar em escolas, universidades e empregos, e não nas ruas, muitas das vezes em situações sub-

humanas, precisamos criar mecanismos para denunciar e dar suporte, promover palestras sobre esse assunto, para que com isso esse aluno consiga permanecer nas escolas.

REFERÊNCIAS

A DIFERENÇA entre sexo, identidade de gênero e orientação sexual. **Blog Livraria Florence**. 2015. Disponível em: <https://blog.livrariaflorence.com.br/identidade-de-genero-e-orientacao-sexual/>. Acesso em: 26 jul. 2018.

ANDRADE, Daniel de Souza; GUEDES, Maria do Socorro; SILVA, Sílvio César Lopes da. **O papel da escola e do professor quanto ao Assunto homossexualidade: um estudo com professores de uma escola pública**. Monografia - Universidade Federal de Campina Grande, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA9_ID3998_21102016024706.pdf. Acesso em: 21 Mar. 2020.

ARAÚJO, Peu. **Brasil lidera assassinatos de pessoas trans no mundo**. R7. 2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/brasil-lidera-assassinatos-de-pessoas-trans-no-mundo-o-30012017>. Acesso em: 13 ago. 2018.

BELLINI, Priscila. **O recorde que não queremos ter: somos o país que mais mata transexuais**. Super Interessante. 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/o-recorde-que-nao-queremos-ter-somos-o-pais-que-mais-mata-transexuais/#>. Acesso em: 2 ago. 2018.

BRASIL lidera ranking de mortes de travestis e trans; um é morto a cada 48h. UOL. Universa. 9 de jan. 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/01/09/brasil-lidera-ranking-de-mortes-de-travestis-e-trans-um-e-morto-a-cada-48h.htm>. Acesso em: 16 out. 2019.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **JUVENTUDES e sexualidade**. UNESCO Brasil. 2004. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133977por.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

CHRISTINE, Pisan de. **Biography**. Disponível em: <https://www.biography.com/writer/christine-de-pisan>. Acesso em: 22 fev. 2019.

CUNHA, Thais. **Rotina de exclusão e violência**. Correio Braziliense. Disponível em: <http://especiais.correio braziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>. Acesso em: 23 mai. 2018.

CUNHA, Thais. **Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais**. Correio Braziliense. Disponível em: <http://especiais.correio braziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CUNHA, Thaís. **Não há vagas... para trans.** *Correio Braziliense*. Disponível em: <http://especiais.correio braziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 21 Mar. 2019.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília: [s. n.], 2012.

DECLARAÇÃO de Dakar. Educação para todos - 2000. **Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos.** Dakar, Senegal, 2000. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-de-dakar.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

DMITRUK, Hilda Beatriz (Org.). **Cadernos metodológicos:** diretrizes da metodologia científica. 5. ed. Chapecó: Argos, 2001. 123 p.

DUMARESQ, Leila. **Simbologia trans: Como uso.** 2013. Disponível em: <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2013/01/simbologia-trans-como-uso/>. Acesso em: 12 Mar. 2018.

EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Educação para o século 21.** Disponível em: <http://educacaoec21.org.br/objetivos-pos-2015/desafios-pos-2015/links-para-sites-e-documentos/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ESTUDO prova que transexualidade não é transtorno psiquiátrico: Cientistas querem retirar transgêneros da lista de distúrbios mentais da OMS. **O Globo.** 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/estudo-prova-que-transexualidade-nao-transtorno-psiquiatrico-19805459>. Acesso em: 17 ago. 2018.

ÉTICA. **Secretaria de Educação Fundamental.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro082.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio de Português Online. **Transexual.** Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Transexual>. Acesso em: 12 ago. 2018. Versão não está mais disponível online.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio de Português Online. **Incluir.** Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Incluir>. Acesso em: 21 ago. 2018. Versão não está mais disponível online.

GROSSI, Miriam Pillar; ÁVILA, Simone. **Transexualidade e Movimento Transgênero na Perspectiva da Diáspora Queer1.** ISSN 1809-7278 (Impressa) ISSN 2358-9744 (Eletrônica) REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS JURÍDICOS, v. 6, n. 1, p. 155, 2011.

GUEDES, M^a Eunice Figueiredo. **Gênero, o que é isso?** Brasília, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931995000100002. Acesso em: 18 Jul. 2018.

HANNA, Wellington; CUNHA, Thaís. **Expulsos da escola. Correio Braziliense.** Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>. Acesso em: 1 set. 2018.

HOMOFOBIA, Lesbofobia e Transfobia. **RCDH Rede Capixaba de Direitos Humanos** . Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/homofobia-lesbofobia-e-transfobia>. Acesso em: 31 Jul. 2018.

IDENTIDADE e orientação sexual. **APF- Associação para o Planejamento da Família** . 2016. Disponível em: <http://www.apf.pt/sexualidade/identidade-e-orientacao-sexual>. Acesso em: 27 Jul. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de . **ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS:** Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília, 2012. Dissertação () - . Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 4 Mar. 2018.

LEI 10948/01 | Lei nº 10.948, de 5 de novembro de 2001. **JusBrasil**. Disponível em: <https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/130533/lei-10948-01>. Acesso em: 8 Ago. 2018.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 15 Ago. 2018.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 16 Ago. 2018.

LONGO, Ivan. **Escola de Fortaleza expulsa aluna trans; mãe denuncia transfobia. Revista Forum.** 2017. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/escola-de-fortaleza-expulsa-aluna-trans-mae-denuncia-transfobia/>. Acesso em: 1 Set. 2018.

MACHADO, João Luís de Almeida. **Escola? O que é isso? Cultura.** 2012. Disponível em: <http://cmais.com.br/educacao/escola-o-que-e-isso>. Acesso em: 14 Ago. 2018.

MAPA dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017 é lançado em Brasília. **NESP- Núcleo de Estudos em Saúde Pública.** 2018. Disponível em: <http://www.nesp.unb.br/index.php/noticias/387-mapa-dos-assassinatos-de-travestis-e-transexuais-no-brasil-em-2017-e-lancado-em-brasilia>. Acesso em: 28 Ago. 2018.

MARTINS, Helena. **MEC autoriza uso de nome social na educação básica para travestis e transexuais.** Agência Brasil. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/mec-autoriza-uso-de-nome-social-na-educacao-basica-para-travestis-e>. Acesso em: 28 Ago. 2018.

MARTINS, Helena. **Número de assassinatos de travestis e transexuais é o maior em 10 anos no Brasil.** Agência Brasil. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/assassinatos-de-travestis-e-transexuais-e-o-maior-em-dez-anos-no-brasil>. Acesso em: 28 Ago. 2018.

METTZER. **O melhor editor para trabalhos acadêmicos já feito no mundo.** Mettzer. Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://www.mettzer.com/>. Acesso em: 21 Ago. 2016.

MÃE ACUSA escola de praticar transfobia contra a filha em Fortaleza. **JC PREMIUM.** 2017. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2017/11/22/mae-acusa-escola-de-praticar-transfobia-contra-a-filha-em-fortaleza-316987.php>. Acesso em: 31 Ago. 2018.

NARVAZ, Martha Giudice ; KOLLER, Sílvia Helena . **METODOLOGIAS FEMINISTAS E ESTUDOS DE GÊNERO: ARTICULANDO PESQUISA, CLÍNICA E POLÍTICA.** Psicologia em Estudo. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>. Acesso em: 12 Ago. 2018.

OLIVEIRA, ARYANNE SÉRGIA QUEIROZ DE. **“DA LAGARTA À BORBOLETA”: O processo de constituição da identidade e os direitos do sujeito transexual.** Mossoró-RN, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais e Humanas) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Disponível em: <http://www.uern.br/controladepaginas/ppgcish-disserta%C3%A7%C3%B5es/arquivos/2963aryanne.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

ORIENTAÇÃO SEXUAL. **Portal Mec.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL: AS EXPERIÊNCIAS DE ADOLESCENTES E JOVENS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM NOSSOS AMBIENTES EDUCACIONAIS. 2016. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

PRESSE, Da France. **Transgênero: fatos, mitos e direitos.** G1- Bem Estar. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/06/transgenero-fatos-mitos-e-direitos.html>. Acesso em: 9 ago. 2018.

PÁGINA 3 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 12 de março de 2015. **Jusbrasil**. 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/87749317/dou-secao-1-12-03-2015-pg-3>. Acesso em: 22 ago. 2018.

ROCHA, W. PROJETO DE LEI N.º 7.702, DE 2017, Altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=441D82E036DF2B8D6C3231BDDDBA216F.proposicoesWebExtemo2?codteor=1565919&filename=Avulso+-PL+7702/2017. Acesso em: 25 ago. 2018.

RODRIGUES, Gustavo. **Nome civil x nome social**. Jus Brasil. Disponível em: <https://gustavorodriguesgr18.jusbrasil.com.br/artigos/111988247/nome-civil-x-nome-social>. Acesso em: 26 jul. 2018.

SAADEH, Alexandre. **TRANSGÊNERO: origem pode ser biológica e começar na gestação**. Globo Repórter. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2016/09/transgenero-origem-pode-ser-biologica-e-comecar-na-gestacao.html>. Acesso em: 11 ago. 2018.

SCOPEL, Delza Tonole; GOMEZ, Mercedes Silverio. **O PAPEL DA ESCOLA NA SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**. Aracruz. Departamento de Educação Faculdade de Aracruz, 2006. Disponível em: http://www.faacz.com.br/revistaeletronica/links/edicoes/2006_01/edutec_delza_preconceito_2006_1.pdf. Acesso em: 19 ago. 2018.

SCOTT, J. W. (1986). **Gender: A useful category of historical analysis**. The American Historical Review, 91(5), 1053-1101. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021. Acesso em 22 ago. 2018

SILVA, Luis Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. **O papel da escola e suas demandas sociais**. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/viewFile/415/372>. Acesso em: 21 Mar. 2020.

SOARES, Wellington. **Educação sexual: precisamos falar sobre Romeo...** Nova Escola. 2015. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/80/educacao-sexual-precisamos-falar-sobre-romeo>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SOARES, Wellington; QUEEN, Mariana. **A escola na luta contra a homofobia**. Nova Escola. 2012. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1581/a-escola-na-luta-contra-a-homofobia>. Acesso em: 19 ago. 2018.

SOUZA, Érica Renata de. **A construção social do gênero**. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta4.1.htm>. Acesso em: 20 Mar. 2019.

TOKARNIA, Mariana. **Mais de 150 países definem metas de educação para os próximos 15 anos.** Agência Brasil. 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-05/mais-de-150-paises-definem-metas-de-educacao-para-os-proximos-15-anos>. Acesso em: 21 ago. 2018.

TOMAZ, Kleber. **Justiça de SP condena escola a recontratar professora transexual demitida por discriminação.** G1. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/09/12/justica-de-sp-condena-escola-a-recontratar-professora-transexual-demitida-por-discriminacao.ghtml>. Acesso em: 1 out. 2018.

TRANSEXUALIDADE: Patologização x Despatologização. **Transexuais SP.** 2011. Disponível em: <http://transexuaissp.com.br/transexualidade/>. Acesso em: 25 jul. 2018.

VENTURI, Gustavo. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil.** 2018. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Diversidade-Sexual-Web.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2018.

GLOSSÁRIO



Orientação Sexual- É a atração afetivo-sexual sentida.

GLS - era uma sigla utilizada para designar Gays, Lésbicas e Simpatizantes. Só que o problema era que a sigla é excludente, já que trata somente de orientação sexual, deixando de lado outras formas de sexualidade e identidade de gênero.

LGBT - foi uma sigla que passou a ser adotada, para atingir outras áreas:

L - Lésbicas, como a letra inicial para frisar a desigualdade de gênero. São mulheres que se relacionam emocionalmente e sexualmente com outras mulheres;

G - Gay. Homens que se relacionam com outros homens;

B - Bissexuais. Se sentem atraídos por pessoas de qualquer gênero, desde que sejam do binarismo;

T- Travestis e transexuais.

Travesti - É uma expressão tradicionalmente brasileira e em alguns países da América Latina, que determina pessoas que se identificam com as características físicas e sociais de um gênero diferente do que foi atribuído no nascimento, mas isso não significa a rejeição do sexo genital. Por anos era utilizada a cirurgia de redesignação sexual para diferenciar Travestis e

Transexuais, mas o fazer ou não a cirurgia é uma escolha totalmente pessoal. Lembrando que devesse utilizar o artigo “A”, já que a travesti se identifica com gênero feminino.

Transexual - São pessoas que se identificam, por meio de uma nomeação, transformações corporais, vestimentas, entre outras coisas, que pertencem ao gênero diferente do atribuído no nascimento e desejam ser aceitas e reconhecidas com o gênero que desejam.

Mulher Trans - É a pessoa que se expressa de acordo com o gênero feminino, seja característica, social e culturalmente.

Homem Trans - Expressa-se de acordo com o gênero masculino, também caracteristicamente, socialmente e culturalmente.

Pessoas Trans - Expressão utilizada para englobar travestis e transexuais.

LGBTTTIS - É atualmente uma sigla utilizada pelo movimento brasileiro e por entidades governamentais, que representa ainda Lésbicas, Gays, Bissexuais, mas com a separação dos T, em geral engloba todas as identidades de gênero começadas por essa letra, em inglês à a utilização do asterisco como um sinal que indica que o T tem um significado múltiplos, LGBT*:

T- Transexuais;

T- Travestis;

T- Transgêneros. É um termo que engloba pessoas que percorrem entre os gêneros, o termo ainda não é tão utilizado no Brasil, mas isso está mudando e ganhando novo significado;

I – Intersexuais. O termo antes utilizado era Hemafródita, mas esse caiu em desuso. Intersexuado ou Intersexual, são pessoas com algumas condições genéticas, que acabam apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual, que não se encaixa tipicamente no feminino ou no masculino.;

S - Simpatizantes.

A - Em algumas vezes há utilização do A para assexual, porém a utilização não é usual no país.

LGBTI- é uma sigla utilizada internacionalmente pelos órgãos como a ONU e a Anistia Internacional, que utilizam como um padrão para falar desta população.

LGBTQ ou **LGBTQI** - É uma denominação que vem ganhando força, inclui além da orientação sexual e da diversidade de gênero, tendo o ponto de vista, política dos Estudos Queer.

Teoria Queer - começou a ser fixada por volta dos anos 90, com a publicação do livro de Judith Butler, “Problemas de Gênero”, é sobre tudo aquilo que é diferente das normas habituais do senso comum. Queer em inglês significa estranho, ou seja, é aquele que não se encaixa em um só parâmetro, não se enquadra em nenhuma identidade ou expressão de gênero.

Binarismo - Pessoas que são unicamente mulheres ou homens (feminino e masculino).

Pansexuais - Se sentem atraídos por pessoas de qualquer gênero, não ficando no binarismo, como os Bissexuais.

Assexuais - Não sentem atração sexual por nenhum gênero ou sexo.

Crossdresser - São pessoas que regularmente se vestem, usam acessórios diferentes do que a sociedade estabelece para seu gênero, porém não se identificam como Travestis ou Transexuais. Em sua grande maioria são homens heterossexuais, casados que possuem ou não suporte de suas esposas.

Androginia - É um termo superficial, que é usado para representar pessoas que atribuem características de ambos os gêneros dentro do binarismo.

Drag Queen - É uma forma de expressão artística, são pessoas que na maioria se identificam com o gênero masculino, a orientação sexual não é o principal para essa expressão, mas em suma maioria são homens gays, que se vestem com roupas femininas, extravagantes. É um tipo de transformista, que trabalha em eventos ou shows.

Drag King - É uma versão “masculina” da Drag Queen, são mulheres que vestem com roupas masculinas, também para fins artísticos.

Cisgênero - É utilizado para se referir a pessoas que se identificam com o gênero que foi atribuído ao nascer e se comporta dentro dos papéis desse gênero.

Heteronormatividade - É um termo utilizado para caracterizar um conjunto de normas sociais que vinculam o comportamento heterossexual como o “padrão” correto a ser seguido, sendo o único válido ou existente.

Expressão de gênero - É a forma como a pessoa se apresenta, física e socialmente, para um determinado gênero.

Identidade de gênero - É a forma como a pessoa se identifica, podendo ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído.

Incongruência de Gênero - Termo que passou a ser utilizado depois da nova edição do CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) feita pela OMS (Organização Mundial da Saúde), em 2019, tirando a transexualidade de “transtorno de identidade de gênero” e “doença mental”. Incongruência de Gênero, também usada como “disforia de gênero”, ela é definida como um estado que a pessoa experimenta uma discordância interna entre o gênero imposto e o gênero pelo qual se identifica. Vale ressaltar que não são todas as pessoas trans que apresentam essa incongruência.

Papel de gênero - É a forma como a pessoa age em determinadas situações, em relação ao gênero atribuído, que é ensinado a essas pessoas desde o nascimento, que é ensinado diferente para homens e mulheres.

Processo Transexualizador - É o processo pelo qual a pessoa transgênero passa para transformar o corpo e adquirir atributos físicos do gênero com o qual se identifica, podendo ou não incluir tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos e a cirurgia de redesignação sexual ou transgenitalização.

Cirurgia de redesignação genital/sexual ou transgenitalização - É o procedimento cirúrgico que transforma o órgão genital da pessoa para criar uma neovagina ou um neofalo. Lembrando que o termo “mudança de sexo” é antiquado e não mais usual. Enfatiza-se que perguntar sobre a cirurgia não é agradável, pois muitas pessoas trans não querem fazer a cirurgia e isso não faz essas pessoas menos trans.